

Particulares abusam nas mensalidades

As escolas particulares de Brasília, utilizando a Lei 8.170, que estabelece regras para a negociação de reajustes da mensalidade escolar, estão projetando a inflação para fazer os cálculos da prestação em janeiro. É o caso do Colégio Marista, que obriga os pais a pagarem a matrícula e assinarem um DOC — documento bancário que transfere dinheiro de uma conta para outra — com data de 11 de janeiro, referente à primeira mensalidade. Mesmo tendo a data do primeiro mês do próximo ano, o dinheiro é creditado ao colégio agora.

A denúncia foi feita pelos próprios pais que disseram se sentir enganados e sem poder reclamar ao Procon ou à Curadoria de Defesa do Consumidor. O diretor administrativo do Marista, Hélio Prado, foi procurado por dois dias pela reportagem do **CORREIO BRAZILIENSE** sem ser encon-

trado, enquanto o diretor pedagógico, Clarindo Bravim, disse ontem que “esse é um assunto que somente pode ser tratado com o diretor administrativo”, sendo que nem mesmo o diretor-geral sabe falar sobre o assunto.

A mãe de um aluno do pré-escolar, Vera Lúcia Chaves, que fazia a matrícula ontem, disse que a direção da escola havia lhe informado que o valor do DOC — que no seu caso era de Cr\$ 98 mil — é correspondente à primeira mensalidade do próximo ano. “Acontece que aí já tem uma inflação estimada, que não sabemos de quanto é”, argumentou. Mesmo reclamando da atitude da direção do Marista, os pais continuam matriculando seus filhos nas escolas. “Tenho que fazer, pois não confio na escola pública”, explicou José Carlos Souza.

Fuga — Mesmo não confiando

na escola pública, aqueles pais que não estão conseguindo pagar as mensalidades da escola particular estão procurando a rede oficial de ensino. Segundo dados da Secretaria de Educação, as escolas públicas consideradas “de alto padrão”, como a do Setor Oeste e a Polivalente, têm recebido de seis a oito pedidos diários da matrícula por parte de pais que tinham filhos nas escolas particulares. Outros preferem brigar na Justiça para coibir os abusos no reajuste de mensalidades.

Apesar de todos os problemas, a questão das mensalidades, no que se refere ao Poder Executivo, deve continuar sendo apenas uma briga entre pais, alunos e donos de escolas. Isso porque o ministro da Educação, José Goldemberg, considera que a presença do Governo no sistema privado de ensino, atrelando as mensalidades ao salário mínimo, seria autoritária.